Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, extinção e memória

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR*

Resumo: Este artigo analisa quais são as novas questões possíveis frente ao fenômeno recente de extinção dos cursos superiores de Economia Doméstica no Brasil. Considerado um curso historicamente expressivo para o ensino superior brasileiro, a Economia Doméstica vem passando por um longo período de crise desde a década de 1980, tendo culminado com sua extinção nos últimos dois anos. Sua extinção, longe de sanar as questões anteriormente formuladas, colocam novas possibilidades que exigem análises, estudos e aprofundamentos. Pode-se perceber, portanto, a prevalência de três novas questões sobre a Economia Doméstica como curso superior no Brasil: primeiro, como os processos de extinção e/ou transformação se desenvolverão nos próximos anos, possibilitando análises mais completas sobre os afastamentos e aproximações com os objetivos e grades curriculares dos cursos anteriores; segundo, como superar o desafio de sistematizar a trajetória de curso de forma mais holística, abordando aspectos ideológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais; e terceiro, como compreender o comportamento da própria classe ao lidar com a memória do curso, visto que há uma aparente dualidade de discursos e leituras com outras fontes e estudos, levando ao pressuposto da existência de uma memória enquadrada.

Palavras-chave: Economia Doméstica; ensino superior; memória.

Abstract: This paper analyzes what are the possible new issues facing the recent phenomenon of higher studies in Home Economics Brazil's extinction. Considered a historically significant course for Brazilian higher education, home economics has been going through a long period of crisis since the 1980s, culminating with extinction in the last two years. Extinction, far from remedying the issues previously raised, put new possibilities that require analyzes, studies and deepening. We can see, therefore, the prevalence of three new issues on Home Economics as higher education in Brazil: first, as the processes of extinction and/or transformation will develop in the coming years, allowing more complete analysis of the departures and approaches to the objectives and curriculums from previous course; second, how to overcome the challenge to systematize the course's trajectory more holistically, approaching ideological, social, economic, political and cultural aspects; and third, how to understand the class behavior in dealing with the course's memory, since there is an apparent duality of speeches and interpretation with other sources and studies, leading to the assumption of a framed memory.

Key words: Home Economics; higher education; memory.

* **JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR** é doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade.

Questões norteadoras

Esse trabalho tem como objetivo discutir as variáveis envolvidas no processo de extinção dos cursos de Economia Doméstica no país, fenômeno recente cujo ápice foi alcançado nos últimos dois anos. O ponto de partida são os últimos trabalhos sistematizados[1] sobre a temática, que apresentavam os resultados parciais de um projeto de pesquisa iniciado em 2012. Nesse contexto, as últimas publicações partiam do pressuposto de fenômeno em construção, ainda sem uma delimitação clara: os múltiplos discursos e análises indicavam uma relação de forças contraditórias e coexistentes, tendendo para a transformação do curso, sua adaptação às pressões externas e internas e extinção como área de formação (AMARAL JUNIOR, 2015; 2016).

Esses trabalhos demonstravam, de forma muito clara, que apesar da existência dos três discursos, havia uma tendência geral à extinção – chamada em alguns momentos de extinção espontânea, mas sem os devidos cuidados da análise do processo de forma estruturante. Dessa maneira, com as sucessivas mudanças no cenário nacional para a formação superior em Economia Doméstica, é importante analisar quais são as questões que se configuram a partir desse novo contexto.

Essa análise é importante porque revela as relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas envolvidas na formação superior brasileira, mesmo que no formato temporariamente limitado de um estudo de caso. Além disso, a Economia Doméstica como campo de formação tem ganhado certa notoriedade acadêmica nos últimos anos, principalmente por estudiosos da história e pedagogia. Esse novo olhar é resultado direto do crescimento do número de projetos na área de História Social e História da Educação, para as quais a Economia Doméstica representa uma parte importante no contexto nacional (OLIVEIRA, 2013). Apesar disso, percebe-se uma limitação na tratativa da temática – que não é em si uma falha, mas resultado de um recorte consciente – da maioria desses estudos, que não buscam refletir sobre os processos mais recentes que envolvem o curso e seu eventual processo de extinção. Dessa forma, acabam por assumir um recorte histórico da Economia Doméstica sem, no entanto, buscar compreender como os elementos dessa trajetória influenciaram nos processos mais recentes que se desenvolveram – desde a prevalência do curso por mais de trinta anos no sistema de ensino superior, aos recentes casos de extinção.

Nesse sentido, esse trabalho pretende ser uma provocação a partir dos fenômenos mais recentes buscando contextualizar quais são as principais questões que se configuram, sem, no entanto, deixar de recorrer aos elementos sociais e históricos da trajetória da Economia Doméstica no Brasil, parte fundamental para qualquer compreensão mais profunda e dinâmica.

Economia Doméstica: da ascensão à extinção

A história da Economia Doméstica no Brasil é densa, multifacetada e ainda tem lacunas importantes, para as quais os estudos mais recentes têm se voltado e empenhado. Como disciplina, a Economia Doméstica surgiu no Brasil em 1909, em consonância com sua popularização nos EUA (OLIVEIRA,

[1] Em especial a edição revisada e comentada do livro "Economia Doméstica – adaptação, transformação ou extinção?" (AMARAL JUNIOR, 2016).

2006; LOURO; MEYER,1993). A partir daí, foi inserida no ensino regular e em algumas práticas pontuais de forma bastante tímida, que só seria modificada após a Reforma do Ministro Capanema na década de 1940 (ALMEIDA; FARIAS, 2008; TOMÉ et al., 2011).

Após tais Reformas, a Economia Doméstica se popularizou no país como proposta estrutural de um ensino secundário feminino, com abertura de diversos cursos e escolas rurais domésticas pelo território nacional. A ideologia vigente, importante salientar, era da manutenção de um modelo de família nuclear, com claras divisões de gênero e intensa "naturalização" dos saberes femininos (LOURO; MEYER, 1993). Ainda segundo essas autoras, tal ideologia, inclusive, foi a força propulsora da consolidação da disciplina, sustentada sobre o discurso de que a mulher possuía um papel fundamental no cuidado e educação da família diante das exigências do "novo mundo" (LOURO; MEYER, 1993).

Mais tarde, no início da década de 1950, foi que o primeiro curso superior de Economia Doméstica foi implantado no Brasil, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais – que naquele momento passou a ser Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e mais tarde se tornaria Universidade Federal de Viçosa (UFV) (RIBEIRO, 2010). A origem do curso superior, vale ressaltar, foi impulsionada pelo contexto pós-II Guerra e pelos acordos de cooperação mantidos entre o Brasil e os EUA[2], cenário fundamental para a importação do curso de Economia Doméstica e criação da Escola Superior de Ciências Domésticas, operacionalizada, principalmente, pela Universidade de Purdue (PINHEIRO, 2016).

Esse início, importante salientar, também se confunde com a consolidação das práticas extensionistas no Brasil. Isso porque o contexto geral de fundamentação da Economia Doméstica estava também ancorado no processo de formação de uma equipe multidisciplinar para trabalhar com famílias e comunidades rurais, preparando o país para a modernização da agricultura e a industrialização (PINHEIRO, 2016). Esses dois elementos centrais: a ideologia de naturalização do trabalho feminino, da predominância de um modelo de família e de uma divisão de gênero pré-estabelecida, e o discurso modernizante, fruto do contexto político e econômico do país e das relações de cooperação com os EUA, foram a base da criação e difusão do curso superior em Economia Doméstica no Brasil.

Após a década de 1970 a educação superior passou por outra Reforma, que dessa vez ocorreu sob o regime da Ditadura Militar instaurada no país. Entre os principais pontos dessa nova Reforma pode-se destacar, conforme demonstra Sampaio (1991): O declínio e desestímulo às ciências sociais e humanas; a valorização da pesquisa aplicada; a expansão do ensino superior, estimulando, por meio de práticas neoliberais, a expansão do setor privado de educação superior; e, em decorrência dessa expansão, as pressões na regulamentação das profissões e das políticas de privilégios, consolidando assim um sistema de ensino credencialista e altamente voltado para as exigências do mercado.

[2] É importante destacar que esses "acordos de Cooperação" eram políticas neoliberais estabelecidas entre os dois países, e que apesar desse trabalho ter optado por manter a nomenclatura oficial da época, compreende este contexto político e econômico.

Nesse sentido, os acordos de cooperação entre o Brasil e os EUA foram revisados e alterados e a extensão rural assumiu um novo paradigma, mais econômico e menos social. Dessa forma a Economia Doméstica como área de formação iniciou um processo de crise estrutural que se seguiria pelas próximas décadas (AMARAL JUNIOR, 2015; PINHEIRO, 2016). A partir daí, segundo esses trabalhos, muitos fenômenos podem ser observados: a tentativa de regularização e reconhecimento da profissão; realização de encontros e diagnósticos, cujo principal objetivo era a reestruturação dos cursos; extinção de muitos dos cursos ofertados, principalmente no fim da década de 1980 e início de 1990; e tentativas dispersas e pontuais de adaptação das grades curriculares. Segundo Amaral Junior (2016), também há uma influência importante do movimento feminista – mesmo que tardio no Brasil – e da ampliação de possibilidades de inserção da mulher no ensino superior em outros cursos, para a crise estrutural da Economia Doméstica.

A partir da década de 1980 há um movimento de sucessivas tentativas – principalmente interna às instituições de ensino – de debate, adaptação dos currículos e redefinições de objetivos, que ficaram por muito tempo longe do acesso da maior parte dos estudantes e profissionais formados[3]. No final dos anos 1990, início dos anos 2000, se agravou o processo chamado de "extinção espontânea", colocando aos cursos ainda ativos no país demandas urgentes, uma vez que o número de ingressantes diminuía progressivamente e a evasão atingia índices alarmantes (AMARAL JUNIOR, 2015). Esse processo alertou os órgãos colegiados e instituições que ainda ofereciam o curso – ao todo cinco na década de 2000[4] – da necessidade latente de reverter esse processo de baixa adesão e alta perda dos alunos. No bojo desse cenário acentuaram-se os discursos antagônicos sobre a capacidade de transformação, adaptação e extinção da Economia Doméstica como curso superior. No entanto, a partir da década de 2010, os processos de extinção foram mais prevalentes, ocorrendo em quatro das cinco instituições que ainda ofertavam o curso, sendo que apenas o curso ofertado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) passou por um processo aparente de transformação.

Novo cenário, novas questões

Em primeiro lugar, há de se considerar que, apesar do processo de extinção ter sido prevalente, ele não foi unânime. Tal fato coloca a necessidade de se estudar os desdobramentos de ambos os processos, dado o antagonismo verificado nos debates e na resistência da própria classe estudantil e profissional aos rumos do curso. Tal questão também volta os olhares para o caso da UFRPE, procurando entender de que forma a Economia Doméstica se transformou em uma nova proposta de curso – Ciências do Consumo – e em que grau há afastamentos e aproximações com o antigo currículo e profissão (AMARAL JUNIOR, 2016).

[3] Acesso à documentação do curso de Economia Doméstica da UFV dos últimos anos demonstra a existência de sucessivas tentativas de formulação de propostas e debates para mudanças estruturais da formação, que só ganharam maior publicidade após a abertura do processo de extinção do curso na instituição.

[4] Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A opção pela classificação desse fenômeno como um processo de transformação se deu porque prevaleceu o movimento geral de análise e reflexão sobre a grade curricular da Economia Doméstica, identificando suas vocações históricas mais marcantes e quais as possibilidades de continuidade a partir desse quadro. No caso específico da UFRPE, o curso de Economia Doméstica já demonstrava uma clara "especialização" na área de consumo e educação do consumidor, tendo inclusive já vinculado ao departamento de Economia Doméstica o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social. Além disso, os próprios diálogos estabelecidos no decorrer desse processo de mudança estavam focados em, a partir dos diagnósticos estabelecidos – como, por exemplo, necessidade de mudança do nome do curso e adaptação ao mercado de trabalho – organizar um movimento de transformação, em que a Economia Doméstica, a partir de sua trajetória histórica e social, pudesse tomar uma nova forma, cujos problemas inerentes a sua existência fossem resolvidos ou dissipados e suas potencialidades maximizadas. Esse fenômeno, vale ressaltar, não foi exclusivo da UFRPE. Há documentos que demonstram esforço similar do Departamento de Economia Doméstica da UFV, tendo formulado algumas opções de cursos "derivados" da Economia Doméstica que apontavam processos de transformação similares ao ocorrido na Rural de Pernambuco. No entanto, o encaminhamento final dessa instituição foi de prosseguir com a extinção da Economia Doméstica e implantação do curso de Serviço Social, que apesar das semelhanças entre as formações apresentam descontinuidades claras em termos de grade curricular, histórico, área de atuação e regulamentação profissional, não observadas na mesma intensidade no caso de um processo de transformação.

Em segundo lugar, é preciso olhar para todos os processos de um ponto de vista mais sociológico, buscando compreender que, sendo as pressões mais recentes externas aos cursos, há uma gama de fatores envolvidos que precisam ser elencados e analisados. Vale destacar que a Economia Doméstica tem sido, na maioria das vezes, estudada de um ponto de vista mais central, determinante, que quase sempre se esquece do contexto geral de inserção do curso em um sistema de ensino superior muito específico e bastante característico, que tem suas próprias dinâmicas e um peso forte nos processos mais recentes. Esses pontos de vista frequentemente se relacionam às seguintes temáticas: (i) análises de gênero sobre os conteúdos e objetivos do curso (LOURO; MEYER, 1993; SIMÃO, 2013); (ii) análises históricas sobre o contexto socioeconômico e político da implantação do curso (RIBEIRO, 2005; 2009; 2010; PINHEIRO, 2016; TOMÉ et al., 2011; FERREIRA, 2013); (iii) análises sobre a relação do curso com o sistema de ensino superior da época de sua implantação (RIBEIRO; PORFÍRIO, 2007; AMARAL JUNIOR, 2015) e (iv) análises mais difusas sobre atualidade do curso e modificações curriculares (RATTO, 1994; BRASIL, 1980; MAGALHÃES; GUEDES, 2009). De fato, analisar a trajetória do curso requer, obrigatoriamente, considerar os quatro pontos de vistas. No entanto, não abordar de forma paralela a trajetória de formação do sistema de ensino superior brasileiro e suas dinâmicas é deixar uma parte relevante de fora dos processos de análise.

Inserir esse ponto de vista possibilita, por exemplo, entender que há uma obsolescência da proposta do curso como um todo – ideia de família, naturalização da mulher, formação de extensionista da área social e etc. – que, obviamente, auxiliou na perda da relevância social da Economia Doméstica enquanto área de formação e profissão, mas que também existem variáveis de outra natureza que se relacionam com seu processo de extinção. Isso pode explicar, por exemplo, porque apesar do contexto socioeconômico ter mudado drasticamente a partir da década de 1970, o curso ainda permaneceu ativo por mais de três décadas, a partir de quando as dinâmicas do próprio sistema de ensino superior – distribuição de credenciais, disputa de espaços por meio de políticas de privilégios, poucas vagas no mercado de trabalho e etc. – coadunaram em um processo de pressão por mudanças diversas (AMARAL JUNIOR, 2015).

A Economia Doméstica, como já demonstrado, foi implantada no Brasil sob o cenário dos acordos de Cooperação com os EUA que, na verdade, eram políticas neoliberais pautadas nas trocas desiguais, na difusão do crédito rural e no fomento à criação de um mercado consumidor para tecnologias agrícolas e domésticas. A partir da década de 1970, quando os termos dessas políticas passaram por uma série de mudanças expressivas, a Economia Doméstica iniciou seu processo de declínio, cujo agravamento prosseguiu nas décadas que sucederam. Com o advento das políticas neoliberais da década de 1990, somando-se à expansão do ensino superior prevalentemente focada no setor privado que ocorria desde a década de 1970, observa-se um enfraquecimento geral da formação também no sentido de pouco adaptabilidade às mudanças, que exigiram cada vez mais cursos voltados ao mercado de trabalho, com nichos de atuação definidos pelas políticas de privilégios que, por sua vez, fizeram-se cada vez mais fortes. Mais tarde, nos anos 2000, quando o ensino superior brasileiro iniciou seu maior processo de expansão e democratização até os dias atuais, a formação em Economia Doméstica – pouco adaptada, perdendo espaços no mercado trabalho e desvalorizada social e economicamente – vivenciou seu limite: com a ampliação das opções, inclusive de formação técnica e tecnológica e a facilidade de acesso às vagas e instituições proporcionadas pelas políticas públicas do setor[5], o curso se tornou cada vez menos atrativo. Em um cenário cujas características credencialistas do sistema de ensino superior ficaram cada vez mais evidentes e em que as opções de obtenção dessas credenciais foram ampliadas e se tornaram mais complexas, a área de formação somou aos problemas que já carregava historicamente o fato de agregar pouco valor de mercado à credencial que oferecia e não conseguir efetividade em suas políticas de privilégios frente a um mercado de profissões fortemente regulamentadas e competitivas.

Paralelo a esses dois primeiros pontos, existe um terceiro, talvez mais

[5] Destacam-se aqui aquelas estabelecidas no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011): o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regulamentado na Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005; o sistema de cotas para ingresso no ensino superior, regulamentado pela Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012; o Sistema de Seleção Unificado (SISU) regulamentado na Portaria Normativa nº 21 de 05 de novembro de 2012; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado em 2007.

complexo e menos explorado. A existência de discursos antagônicos sobre a formação em Economia Doméstica parece reverberar desde sua criação, quando a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro era novidade e mal visto por uma parte da população. Depois, a partir dos anos 1980, quando a Economia Doméstica começou a vivenciar sua maior crise, eles se tornaram discursos de classe muito específicos, quase sempre com uma visão romantizada sobre as problemáticas reais do curso (BRASIL, 1980; AMARAL JUNIOR, 2015). Essas percepções sobre a formação em Economia Doméstica prevaleceram até os tempos atuais, materializando-se, por exemplo, em uma visão geral otimista e pontual sobre o curso, contrariando a tendência geral apontada pelos dados de uma área de formação em processo de extinção (AMARAL JUNIOR, 2015). Esses posicionamentos fomentaram também os movimentos de resistência que foram impulsionados pelas aberturas dos processos de extinção nas distintas universidades, e mantiveram a reprodução dessas percepções sobre o curso, em geral otimistas, com pouco caráter histórico e fragmentadas.

O que chama atenção, dessa maneira, é a baixa preocupação da própria classe com trabalhos que remontem os contextos políticos, ideológicos, sociais e econômicos da implantação dos cursos e, consequentemente, com o compromisso de olhar para o passado para compreender os problemas futuros. Esse movimento de reflexão, quase sempre, tem sido realizado por profissionais de outras áreas, consequentemente com outros objetivos. Em paralelo, parecem existir justificativas e narrativas pré-estabelecidas, de um modo ou de outro, selecionadas para reproduzir um modelo de formação que segue praticamente o mesmo há mais de 60 anos.

Dessa maneira, o que se observa é a existência de uma memória muito específica do próprio grupo de professores, estudantes e profissionais com relação à trajetória da Economia Doméstica, que não condiz com muitos estudos e fontes, mas fomenta os discursos reproduzidos com base em fragmentos selecionados. Partindo do conceito de "memória enquadrada" formulado por Pollak (1989), seria um fenômeno justificável na medida em que ele evita a compreensão pela classe da área como obsoleta e em decadência, fato que exigiria medidas urgentes e teria, hipoteticamente, antecipado os processos de extinção e transformação em algumas décadas. A negação, portanto, teria sido historicamente uma estratégia de sobrevivência. Dessa forma, selecionando quais memórias deveriam ser reproduzidas e quais deveriam ser silenciadas, a própria categoria pode ter postergado, por décadas, medidas que desde os anos 1970 eram urgentes para o campo de formação e atuação profissional.

Considerações finais

Com todos os cursos superiores de Economia Doméstica do país extintos[6], esse artigo propôs continuar a discussão com base em trabalhos anteriores, mas partindo de novas premissas que só foram possíveis diante dos novos cenários. Nesse sentido, foi possível um aprofundamento das questões anteriormente levantadas e a

[6] Em termos de ingresso de novos alunos. Os processos de pedido de extinção ainda tramitam em algumas instituições, e é preciso considerar ainda o caso da UFRPE, em que o curso foi oficialmente "extinto" como Economia Doméstica, mas deu lugar a outro projeto, o que se considera, conforme (AMARAL JUNIOR, 2015) um processo de transformação.

problematização de uma série de pressupostos assumidos.

Compreender a Economia Doméstica como campo de formação superior é importante por diversos motivos: primeiro, porque o estudo de caso pode possibilitar uma aproximação com as dinâmicas do sistema de ensino superior de forma macro, compreendendo quais realidades podem ser consideradas universais, ou potencialmente impactantes em algumas situações, para os diferentes cursos e carreiras; segundo, porque remonta à história da educação do Brasil de forma geral, com o ingresso feminino nas instituições de ensino superior; terceiro, porque também traz paralelos importantes para o contexto socioeconômico e político, como as políticas estabelecidas entre os EUA e o Brasil, o surgimento da extensão rural no país e a ideologia de construção dos currículos de ensino da época; e quarto, por ser, talvez, o primeiro exemplo de um sistema que apresenta claros sinais de esgotamento frente às realidades colocadas pela sociedade atual.

Por último, pode-se considerar que as questões emergentes dessa nova etapa da pesquisa apontam para direções distintas do que se viu anteriormente. Há dois novos olhares possíveis, em relação aos cursos extintos e o curso da UFRPE, que devem ser acompanhados de perto e melhor analisados, uma vez que são processos novos para o sistema de ensino superior brasileiro e seus desdobramentos têm um ineditismo para os estudos em educação. Há ainda uma necessidade urgente de "preencher as lacunas" sobre a história da Economia Doméstica como campo de formação superior, considerando de forma totalizante os aspectos que tangenciam sua trajetória: ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Há ainda, por último, mas não menos importante, um longo caminho a percorrer com relação à construção de uma "memória enquadrada" pela categoria dos Economistas Domésticos. Isso porque esse pode ser um fenômeno que se reproduz com maior frequência do que imaginado, evidenciando que a memória pode ser instrumento de poder e reprodução ideológica, com distintos alcances: da educação à vida cotidiana.

Referências

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica:** adaptação, transformação ou extinção? São Paulo: Editora PerSe, 2015.

_____. Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção? 2ª Edição – revisada e comentada, São Paulo: Editora PerSe, 2016.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Economia Doméstica: subsídios para uma proposta curricular – levantamento e análise dos problemas relativos à habilitação de Economia Doméstica a nível de 2º grau – subsídios para a mudança curricular. Brasília-DF, 1980.

FERREIRA, N. V. C. Magistério em Economia Rural Doméstica em Minas Gerais: Uberaba (1953-1962). **Suplemento Exdra**, 2013.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.87, p.45-57, nov. 1993.

MAGALHÃES, C. S.; GUEDES, R. C. Perfil histórico do curso de Economia Doméstica implementado na década de 1960 na UFRURAL-RJ. In: **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica, I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica**. Fortaleza-CE, 2009.

OLIVEIRA, A. C. M. **A trajetória histórica da formação em Economia Doméstica na escola agrotécnica de São Cristovão (1952 a 1967)**. Dissertação (mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. Orientador: Jorge Carvalho do Nascimento, São Cristovão-SE, 2013.

_____. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação

profissional. **VÉRTICES**, v.8, n.1/3, jan. /dez. 2006.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Sônia Regina Mendonça, Niterói-RJ, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro-RJ, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RATTO, I. M. R. De boa mãe de família à consumidora esclarecida: os currículos dos cursos de economia doméstica. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 3, p.155-160, nov. 1994.

RIBEIRO, M. G. A. A constituição das ciências humanas numa universidade rural. **ALEPH**, ano IV, n.14, p.52-60, dez. 2010.

_____. A USAID e o ensino agronômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém-PA, v.4, n.3, p.453-463, set/dez 2009.

_____. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: um land-grant college em Minas Gerais? In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina-PR, 2005.

RIBEIRO, M. G. M.; PORFÍRIO, M. Americanismo e educação: a experiência da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV). In: **IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. 07 a 09 de maio de 2007.

SIMÃO, F. L. R. Tornar-se mulher: a Escola Superior de Ciências Domésticas, feminilidade, doutrina e representações de gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Florianópolis-SC, 2013.

TOMÉ, D. C.; QUADROS, R. S.; MACHADO, M. C. G. O papel social da mulher e da família no pensamento de Gustavo Capanema. In: **V Congresso Internacional de História**, p.1197-1203, setembro de 2011.

Recebido em 2016-09-30
Publicado em 2017-07-06